



Press Release No. 08/xxx
FOR IMMEDIATE RELEASE
April 1, 2008

International Monetary Fund
Washington, D.C. 20431 USA

Declaração feita pelos Membros da Missão do FMI a Moçambique

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), liderada pelo Senhor Jean Clément, visitou Maputo entre 18 e 31 de março de 2008, com o objetivo de revisar o andamento do Instrumento de Apoio à Política Econômica (PSI), aprovado em 18 de junho de 2007, e discutir o apoio contínuo do FMI aos esforços de reforma empreendidos por Moçambique.

A missão fez a seguinte declaração hoje, em Maputo:

“Em 2007, o crescimento econômico continuou forte, apesar de diversos choques exógenos. As receitas ficaram acima do programado devido à intensa atividade no setor de impostos domésticos diretos. Porém, despesas de investimento ficaram abaixo do programado, por causa de uma insuficiência de financiamento externo. Graças a políticas monetárias prudentes, a inflação básica (excluindo alimentos e energia) ficou contida em 5,1 por cento e a inflação geral caiu de 13,2 por cento em 2006 para 8,2 por cento, apesar das altas nos preços internacionais de alimentos e petróleo. As reservas líquidas internacionais continuaram a aumentar e alcançaram um patamar confortável, equivalente a 5 meses de importação de bens e serviços.

“O desempenho geral do programa foi satisfatório. Porém, dois critérios de avaliação quantitativos no final de 2007 e um critério de avaliação estrutural não foram atingidos. A base monetária excedeu a meta devido a um aumento da demanda de moeda durante os feriados e o crédito líquido ao governo foi mais alto devido a uma insuficiência nos desembolsos em Meticais. Um importante progresso foi observado na área de fortalecimento da administração das finanças públicas e na ampliação da base tributária. No setor estrutural, a auditoria interna e externa das finanças públicas foi consideravelmente fortalecida. Além disso, o Conselho de Ministros adotou uma nova estratégia de médio prazo para redução do custo de fazer negócios, de forma a tornar o ambiente empresarial de Moçambique mais competitivo no âmbito do SADC até 2015. Para assegurar a administração transparente de recursos naturais, a missão recebeu muito bem a decisão tomada pelas autoridades no sentido do país se tornar membro da Extractive Industry Transparency Initiative (EITI). A intenção das autoridades em fortalecer o monitoramento e transparência dos grandes projetos, em particular, foi muito bem vista. Nesse contexto, todas as regulamentações relacionadas às leis tributárias de mineração e petróleo foram lançadas.

“A perspectiva para 2008 permanece positiva e, apesar dos graves impactos humanitários, a repercussão das cheias no crescimento econômico será provavelmente limitada. O Governo decidiu dar subsídios temporários aos operadores das chapas para aliviar as dificuldades sociais oriundas do aumento nos preços internacionais de petróleo. A missão está de acordo com as autoridades em relação à continuidade na implementação das políticas fiscal e monetária, de forma a consolidar a estabilidade macroeconômica no contexto de um sistema de câmbio flexível. O orçamento inclui os esforços continuados de mobilização de receitas, sendo que despesas prioritárias representarão 65 por cento das despesas totais (incluindo a contratação de 12.000 novos professores e 5.000 agentes de saúde). As autoridades afirmaram sua intenção de preparar as reformas da política salarial do setor público e do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), de forma a serem sustentáveis do ponto de vista fiscal. O Governo também pretende manter o ritmo das reformas administrativas das finanças públicas e dos impostos.

“A ambiciosa pauta da segunda geração de reformas, com o objetivo de sustentar o crescimento e reduzir a pobreza, necessitará do apoio continuado da comunidade internacional. Esse apoio é essencial para ajudar Moçambique a progredir dentro do âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A estratégia para alcançar esses objetivos está detalhada no *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta II*. Os principais riscos aos programas estão ligados a desastres naturais, ao aumento continuado dos preços internacionais de petróleo e alimentos e de pressões de gastos durante as próximas eleições.

“A segunda revisão do programa de reforma sob o PSI para Moçambique deverá ser adotada pelo Conselho Executivo do FMI em maio de 2008”.